



## Pensar o “Envolvimento Sustentável”: Reflexões sobre a Ecosocioeconomia em Meio à Pandemia do SARS-COV-2

*Thinking About “Sustainable Involvement”: Reflections on Ecosocioeconomy in the Middle of the SARS-COV-2 Pandemic*

Jonielton Oliveira Dantas<sup>1</sup>

Jonas Emanuel da Rocha Antão<sup>2</sup>

**Resumo:** A pandemia do novo Coronavírus (Sars-Cov-2) se apresenta como um dos grandes desafios para a humanidade, não apenas pelo impacto causado à saúde pública, mas também pelo impacto na economia, que no modelo capitalista de mercado repercute em forma de recessão econômica, desemprego, e aumento da desigualdade social, cuja recuperação exige mais pressão sobre o meio natural. Diante desse cenário, as discussões sobre outras

---

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA/UFS; Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA/UFS; Especialista em Território, Desenvolvimento e Meio Ambiente - FJAV. Licenciado em Geografia - FJAV. E-mail [jonielton.dantas@gmail.com](mailto:jonielton.dantas@gmail.com). Orcid <https://orcid.org/0000-0003-1196-9266>

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA/UFS. Graduado em licenciatura em Geografia, DGE/UFS. E-mail [jonasemanuel96@hotmail.com](mailto:jonasemanuel96@hotmail.com). Orcid <https://orcid.org/0000-0001-8206-7775>



formas de desenvolvimento têm sido cada vez mais recorrentes, vide o próprio conceito de desenvolvimento sustentável que está no cerne dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) com metas específicas para as diferentes dimensões da relação sociedade e natureza; ou ainda, discussões mais profundas e críticas ao modelo econômico vigente, como o conceito de ecossocioeconomia, baseado em experiências de arranjos produtivos locais, que valorizam os saberes da cultura local, as potencialidades do território, a participação democrática da comunidade, a solidariedade. Desse modo, o presente ensaio tem como objetivo refletir sobre o (des)envolvimento sustentável a partir do conceito de ecossocioeconomia e à luz da crise socioambiental atenuada pela pandemia do Sars-Cov-2. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, na qual buscou-se investigar na literatura sobre desenvolvimento sustentável e ecossocioeconomia, fundamentos teóricos que auxiliem na reflexão sobre possíveis saídas para a crise socioambiental que tende a se aprofundar com a pandemia do novo Coronavírus. Como considerações finais elaborou-se uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável, conformado no sentido do (des)envolver, individualizar, para manter a lógica competitiva da economia de mercado, e propôs-se o “envolvimento sustentável”, formado no sentido de envolver, coletivizar, para construir um novo modelo de economia, pautado em princípios como a responsabilidade ecológica, a crítica ao consumo exacerbado, o compromisso com a comunidade, a solidariedade, e a relação com o território, tal como preconiza a ecossocioeconomia.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável. Ecossocioeconomia. Pandemia.

**Abstract:** The pandemic of the new Coronavirus (Sars-Cov-2) presents itself as



one of the greatest challenges for humanity, not only due to the impact caused to public health, but also due to the impact on the economy, which in the capitalist market model has repercussions in the form of recession economic, unemployment, and increased social inequality, whose recovery requires more pressure on the natural environment. In view of this scenario, discussions on other forms of development have been increasingly recurrent, see the very concept of sustainable development that is at the heart of the Sustainable Development Goals (SDGs) proposed by the United Nations (UN) with specific goals for the different dimensions of the relationship between society and nature; or even more in-depth and critical discussions about the current economic model, such as the concept of ecosystem-economics, based on experiences of local productive arrangements, which value the knowledge of local culture, the potential of the territory, the democratic participation of the community, solidarity. Thus, the present essay aims to reflect on sustainable development based on the concept of eco-economics and in light of the socio-environmental crisis attenuated by the Sars-Cov-2 pandemic. This is a bibliographic research, in which we sought to investigate in the literature on sustainable development and eco-socioeconomics, theoretical foundations that help in the reflection on possible ways out of the socio-environmental crisis that tends to deepen with the pandemic of the new Coronavirus. As final considerations, a critique of the concept of sustainable development was elaborated, conformed in the sense of develop, individualizing, to maintain the competitive logic of the market economy, and “sustainable involvement” was proposed, formed in the sense of involving , collectivize, to build a new model of economy, based on principles such as ecological responsibility, criticism of exacerbated consumption, commitment to the community, solidarity, and the



relationship with the territory, as advocated by ecosocioeconomics.

**Key-words:** Sustainable development. Ecosocioeconomy. Pandemic.

## Introdução

A pandemia do novo Coronavírus (Sars-CoV-2) é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o maior desafio que o mundo enfrenta desde a Segunda Guerra Mundial, isso porque, além da questão sanitária provocada pela Covid-19, que representa uma doença ameaçadora para toda a população mundial, ela deve provocar uma recessão econômica de proporções ainda imprevisíveis (PANDEMIA..., 2020). Este cenário caótico tem reacendido o debate sobre a necessidade de transição para uma outra economia, uma economia sustentável, solidária, que prioriza outra forma de racionalidade na relação humana com a natureza, e dos próprios humanos entre si.

A discussão sobre um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico pautado na sustentabilidade ambiental não é recente, tendo vista a formulação do conceito de codesenvolvimento pelo economista polonês Ignacy Sachs na década de 70, e a inserção do próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável na agenda política global, por ocasião da divulgação do relatório de *Brundtland* na década de 80 (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2010). Contudo, a humanidade está entrando na terceira década do século XXI e os sinais de que estamos vivenciando uma crise ambiental são cada vez mais nítidos, considerando o aquecimento global e seus efeitos visíveis em diferentes regiões



do planeta, como a escassez de água potável, aumento dos incêndios florestais, derretimento das geleiras, o aumento do nível dos oceanos, a extinção de espécies, os refugiados ambientais, e outros.

A pandemia do novo Coronavírus chegou como uma fagulha para reacender o debate sobre uma outra forma de desenvolvimento, pois expôs ainda mais a ingerência e até mesmo a inclemência dos agentes que operam o sistema capitalista quanto à resolução de problemas de ordem social e ambiental; evidenciou ainda, que o modelo de economia baseado na exploração predatória dos recursos naturais pode oferecer riscos imprevisíveis para todo o ecossistema, considerando as alterações substanciais na cadeia trófica, resultado da intervenção humana em *habitats* isolados, bem como, das transformações no modo de interação com outras espécies.

Não obstante, a pandemia veio lembrar aos diversos segmentos da sociedade, especialmente aos governos, sobre a implementação e efetivação das metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que constituem os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), pois as metas traçadas estimulam ações em áreas cruciais para a humanidade e para o planeta, que podem contribuir para uma transformação econômica, social e ambiental, na perspectiva de um desenvolvimento mais sustentável.

A crise instalada pelo novo vírus mostrou a fragilidade dos sistemas de saúde, de educação, de abastecimento hídrico, e, sobretudo, do atual sistema econômico e político. Concomitantemente, escancarou a necessidade de erradicação da pobreza, de redução da desigualdade social, de inovação tecnológica, de retomada da indústria, de investimento em infraestrutura, de consumo e produção sustentáveis, além de reforçar a necessidade dos investimentos públicos nas áreas da saúde, educação, pesquisa e extensão.



O neoliberalismo, como fase e face do capitalismo, privilegia a concentração dos meios de produção e riquezas, e a consequente subordinação de mão-de-obra à égide do capital. Qualquer intervenção que diminua o ritmo ou pare essa engrenagem, coloca, de forma abrupta, milhões de pessoas à margem desse sistema, e sem qualquer perspectiva para recomeçar, já que suas vidas foram forjadas na total dependência dessa ordem hegemônica. Dessa forma, a crise econômica provocada pela pandemia do novo Coronavírus poderia ser menos severa para as populações, se as economias estivessem pautadas nos princípios da criatividade, cooperação e solidariedade, ou nas palavras de Leonardo Boff (1999; 2013), no “cuidado comum”.

Neste sentido, é oportuno refletir sobre a construção de alternativas socioeconômicas que nos conduza à transição para um novo paradigma de (des)envolvimento, de modo que leve em consideração a dimensão ambiental, entendida na sua complexidade. Nesta perspectiva, recorre-se ao debate sobre a ecossocioeconomia como possibilidade para pensarmos, sonharmos e discutirmos um mundo mais justo, solidário, fraterno, possível e não hegemônico.

Diante da atual crise planetária provocada pela pandemia do novo Coronavírus, o objetivo desse ensaio é refletir sobre o (des)envolvimento sustentável a partir do conceito de ecossocioeconomia e à luz da crise socioambiental atenuada pela pandemia do Sars-Cov-2. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, na qual buscou-se investigar na literatura sobre desenvolvimento sustentável e ecossocioeconomia, fundamentos teóricos que auxiliem na reflexão sobre possíveis saídas para a crise socioambiental que tende a se aprofundar com a pandemia do novo Coronavírus. Assim, buscou-se



desconstruir a ideia de desenvolvimento, que mantém a lógica econômica hegemônica pautada na competição e no individualismo, para construir a ideia de “envolvimento sustentável”, que se orienta por uma economia que envolve os indivíduos, que é incluyente e solidária.

### **(Des)envolvimento e os Objetivos de (Des)envolvimento Sustentável - ODS**

O conceito de desenvolvimento sustentável aparece em estudos ambientais, no ordenamento jurídico, em documentos de governo, em componentes curriculares de instituições de ensino, e na mídia. Em sua forma clássica, o conceito de desenvolvimento sustentável evidencia a manutenção dos atuais mecanismos de crescimento econômico adequando-os à necessidade do uso racional dos recursos naturais, de modo a atender as gerações atuais e futuras. Todavia, é arriscado adotar o conceito de desenvolvimento como motor da mudança das relações materiais e imateriais da humanidade a partir do modelo racional e econômico que constitui o próprio conceito, uma vez que, para atingi-lo, a humanidade continua seguindo um movimento linear, destrutivo e excludente, já que o modelo econômico continua sendo o capitalista.

Mesmo sendo ventilado como uma possibilidade de aliar desenvolvimento econômico com as questões socioambientais, o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido desvirtuado e subvertido pela lógica do sistema econômico vigente, e, ratificado por organizações internacionais, tem contribuído para a manutenção da racionalidade que cria os problemas socioambientais. Desse modo, o projeto do desenvolvimento sustentável concebe a natureza como



“recurso” finito que deve ser gerido para atender às necessidades das gerações atuais e futuras. Essa concepção denuncia a ambiguidade do conceito, pois “[...] ao mesmo tempo que se aceita a existência de limites aos modos de vida que não sejam compatíveis com os princípios ecológicos, mantém-se a crença no crescimento ou desenvolvimento [...] para satisfazer as necessidades humanas” (GARCIA; VERGARA, 2000, p. 474).

O conceito de desenvolvimento sustentável se assenta na mesma racionalidade econômica dominante que criou a atual crise ecológica, como consequência de um longo processo de dominação da natureza pelo homem (LEFF, 2002). Assim, considera-se que nenhuma mudança efetiva e duradoura ocorrerá se o desenvolvimento sustentável ficar circunscrito apenas na necessidade da otimização do uso dos recursos naturais para satisfazer as atividades humanas; dessa forma, seguirá a mesma lógica antropocêntrica que desconsidera a importância da coexistência de outros seres vivos e do ambiente físico conservado, e que nos afasta de uma visão sistêmica e ecocêntrica da natureza.

O debate em torno do conceito de desenvolvimento sustentável envolve diferentes pontos de vista, desencadeando divergentes concepções teóricas, cujas características vão desde um conceito político-normativo, com a finalidade de implementação de uma política governamental (NOBRE; AMAZONAS, 2002), até mesmo uma utopia fundante de um novo paradigma científico (VEIGA, 2005). Contudo, nota-se que grande parte das divergências em torno do conceito de desenvolvimento sustentável recaem mais sobre o substantivo (desenvolvimento) do que sobre o adjetivo (sustentável), isso se explica pelo fato de o próprio conceito de desenvolvimento ser um limitador para as análises e



para a efetivação das mudanças planejadas e esperadas.

Ao analisar a palavra desenvolvimento, Santos *et al.* (2012) demonstra que des = negação; envolver = abranger, abarcar, fazer, tornar-se parte; e mento = sufixo de ação. Assim, des-envolvi-mento seria a negação do movimento para o interior, dificultando o retorno, a reintegração ao ambiente, e negando a integração com a totalidade que nos abarca, que nos envolve.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem uma agenda contendo 17 objetivos e 169 metas para estimular ações em áreas relevantes para a humanidade e para o planeta, com vigência no período de 2015 a 2030. Os países que aderiram à Agenda 2030 assumem o compromisso de melhorar os índices socioeconômicos e socioambientais dos grupos humanos, mediante ações nas áreas da saúde, educação, saneamento básico, assistência social, agricultura sustentável, entre outros.

Contudo, mesmo considerando a importância dos ODS para avançar uma agenda global pautada na sustentabilidade econômica, ambiental e social, faz-se necessário aprofundar a discussão a respeito das metas traçadas para atingir tais objetivos, sobretudo, no tocante à concepção de desenvolvimento vinculada às diversas áreas que o ODS enfoca, como exemplo, a segurança alimentar, circunscrita no ODS 02 (ONU, 2015).

O termo segurança alimentar foi debatido e adotado definitivamente nas agendas das diferentes nações após o fim da Segunda Guerra Mundial, atribuído à necessidade dos países produzirem alimentos para abastecer a sua população, além de garantir reservas suficientes para momentos de crise, principalmente, os países classificados como “em desenvolvimento”, estando fortemente atrelado ao controle corporativo, e desassociado da soberania dos povos e do Estado (CHONCHOL, 2005; HOYOS; D’AGOSTINE, 2017).



Em busca da segurança alimentar se fortaleceu o discurso da revolução verde, do uso cada vez maior dos venenos nas lavouras para aumentar a produtividade agrícola (HOYOS; D'AGOSTINE, 2017), provocando a contaminação da água, ar e solo e a resistência dos insetos que consomem as lavouras.

Nas metas do objetivo 02 da Agenda 2030 são mencionadas as palavras “saudáveis”, “nutritivos”, e “agricultura sustentável”, porém, em contraposição, o termo “segurança alimentar” revela a intencionalidade de ampliar o atual modelo de produção que é responsável pela corrosão da “soberania alimentar” de alguns povos em detrimento de outros, redução da diversidade produtiva (variedade de sementes), o aumento da monocultura em detrimento da policultura. Para que ocorra a superação da fome e garantir a soberania dos povos e das nações a meta do objetivo 02 deveria ter a soberania alimentar que é defendida pelos camponeses como conceito chave.

Na obra clássica *Geografia da Fome*, ao distinguir cinco regiões geográficas com características alimentares semelhantes no Brasil, Josué de Castro disserta sobre o conceito de fome para além da privação ao alimento, incorporando ao conceito, a insuficiência nutricional a que milhões pessoas estão submetidas, ao não dispor de uma alimentação diária que contemple o mínimo de nutrientes considerados necessários para a dieta saudável do ser humano. Deste modo, a desigualdade socioeconômica como um problema estrutural da nossa sociedade, possui uma das mais cruéis representações: a fome e a subnutrição (CASTRO, 1984).

A soberania alimentar é um conceito construído a partir das discussões realizadas no México pela Via Campesina em 1996, a qual entende a necessidade de defender e fortalecer a autonomia das nações e a diversidade produtiva e



cultural, buscando superar o monopólio na produção, circulação e consumo dos alimentos necessários para uma dieta nutritiva da população (HOYOS; D'AGOSTINE, 2017). Para isso, o movimento campesino inicia a construção de uma rede de contatos entre as diferentes culturas campesinas do globo (SIMONETTI, 2012), com diferentes produtos, estratégias, e tecnologia social para a construção de um mundo novo, ampliando a produção nas dimensões quantitativa e qualitativa.

Assim, enquanto o conceito de segurança alimentar corresponde à quantidade de alimentos produzidos e ingeridos pela população, estando alinhado aos interesses das grandes corporações, a soberania alimentar corresponde à busca pela liberdade de produzir, comercializar e viver dos povos das diferentes nações, tendo a qualidade e, posteriormente, a quantidade como objetivos e metas na produção, e fortalecendo a interação entre o humano e o ambiente, entre a sociedade e a natureza.

Destarte, é necessário subtrair o prefixo de negação da palavra (des)envolvimento, mantendo apenas o “envolvimento”, de envolver-se com o espaço e o território, criando um movimento que possibilite o avanço da integração entre humano-ambiente e sociedade-natureza. Com isso, será estimulado o fortalecimento das economias locais através dos arranjos e microarranjos<sup>1</sup> produtivos, ou seja, arranjos produtivos locais, fortalecendo a soberania e a segurança alimentar.

Ribeiro (2015, p. 10), entende que “[...] a soberania alimentar incentiva a produção local de alimentos”, o que pode contribuir para a ecossocioeconomia e os Arranjos Produtivos Locais (APLs), como, por exemplo, a mandiocultura, apicultura, pecuária, piscicultura, fruticultura e cerâmica no território sergipano. No Estado de Sergipe, apesar de não haver um mapeamento das experiências



ecossocioeconômicas, os diversos APLs existentes podem ser a base para a construção de uma nova economia mais sustentável.

### **A Ecosocioeconomia: ideias e desejos**

Se por um lado a atual pandemia de Sars-Cov-2 aprofundou a crise civilizacional-ambiental que já era conhecida e sentida, sobretudo, no ocidente, por outro, potencializou o debate sobre alguns problemas que há algumas décadas já vem sendo discutidos pela comunidade acadêmica, científica, organizações não governamentais, instituições públicas, governos, etc., porém, com pouco apelo da sociedade no geral. Por exemplo, o modelo agropecuário baseado no desmatamento ilegal, na ocupação de territórios dos diferentes povos tradicionais, principalmente indígenas e quilombolas.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), as endemias e pandemias estão, geralmente, associadas ao desflorestamento e o consequente contato entre os seres humanos e a vida selvagem. Além disso, alguns estudos têm relacionado a criação intensiva de animais para a produção de proteína de consumo humano, ao aparecimento de doenças zoonóticas (transmitidas de animais para humanos), como a gripe aviária (H5N1), e a gripe suína (H1N1), oriundas de duas espécies animais que são cultivadas em todo o mundo em um modelo de confinamento que favorece o surgimento de novos vírus por mutação.

O Sars-CoV-2 é o vírus causador da Covid-19, doença que tem com um dos sintomas agudos, a dispneia, ou falta de ar, como é popularmente conhecido o sintoma. A falta de ar é, geralmente, um dos sintomas característicos de pessoas



que possuem alguma doença respiratória, podendo ser provocado por fatores ambientais como os gases emitidos pelos escapamentos dos veículos, chaminés das fábricas, queimadas da vegetação, entre outras fontes de poluição do ar. Paradoxalmente, o Coronavírus reoxigena os debates em torno dos temas socioambientais, atizando o debate sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de reconectar o humano com a natureza.

O novo vírus potencializa os efeitos danosos à humanidade e ao planeta provocados pela dinâmica capitalista e da economia de mercado, sobretudo no ocidente, expondo ainda mais o modelo de civilização doentia em que vivemos, cujos sintomas indicam o que Sampaio e Dallabrida (2009) chamou de “patologias” sociais. Os autores classificam tais “patologias” em cinco categorias:

- 1) Socioambientais - processos produtivos que não priorizam o manejo adequado dos recursos naturais não-renováveis tendem a privatizar o lucro e socializar os prejuízos socioambientais;
- 2) Socioespaciais - planejamento e gestão do acesso e uso da terra de forma setorializada, sobrepondo os interesses privados aos interesses coletivos;
- 3) Sociopolíticos - manipulação das instâncias democráticas pelo oligopólio de modo a atender aos interesses das grandes corporações;
- 4) Socioeconômica - um modelo econômico que não garante dignidade a todos. Sampaio e Dallabrida (2009) mencionam o subtrabalho, não-trabalho, a exclusão social e o consumismo estimulado até para as classes sociais menos favorecidas. Atualmente podemos incluir os trabalhadores terceirizados, contratados por hora que foram afetados pela reforma trabalhista e previdenciária;
- 5) Socioculturais - comunidades tradicionais que tem seus modos de vida



alteradas ou substituídos por modelos hegemônicos, sobretudo de trabalho.

Essas patologias são o resultado do modelo de economia que degrada a natureza, segrega as pessoas, manipula a democracia, amplia a desigualdade entre as pessoas, e anula culturas. Diante desse cenário, é urgente e vital construir alternativas a esse modelo de economia predatória, e a ecossocioeconomia vem sendo ventilada como uma das alternativas possíveis para reestabelecer o elo perdido entre sociedade e natureza, e entre as próprias pessoas, uma vez que o modelo econômico hegemônico prioriza a competição e o individualismo.

A ecossocioeconomia analisa a complexidade buscando superar o modelo econômico hegemônico, mas não pretende ocupar uma posição centralizada ou universal, tem como meta “[...] criar metodologias de gestão que enfatizem ações participativas, descentralizadas e, ainda, social e ambientalmente responsáveis” (SAMPAIO; DALLABRIDA, 2009, p. 19).

Contudo, é preciso considerar que a transição para uma outra economia é algo complexo, ainda mais se pensado em escala nacional, por isso que a ecossocioeconomia privilegia os territórios como recortes espaciais propícios para a organização e estruturação dessa mudança, a partir de três modalidades de agir (SAMPAIO, 2010):

1) extraorganizacional - aquele que busca revelar na ação organizacional o impacto da decisão sobre o entorno territorial (*Ibidem*), território que deve ser analisado e estudo para além das questões físicas, buscando estudá-lo e planejá-lo por meio do entrelaçamento das características natural, cultural e social no microterritório e no macroterritório (SAMPAIO; DALLABRIDA, 2009).



2) interorganizacional - que pretende especializar e temporalizar a organização no centro de uma estrutura sociopolítica e socioeconômica (*Ibidem*). No primeiro arranjo ocorre a partir das instituições e o segundo os arranjos produtivos locais que ocorre através da iniciativa dos sujeitos locais em parceria ou não com agentes externos (HEINZMANN; SAMPAIO, 2010).

3) extrarracional - que tem como finalidade valorizar às dimensões implícitas nos conhecimentos dos indivíduos envolvidos em determinados territórios (*Ibidem*) buscando compreender os problemas territoriais e as soluções que o próprio apresenta. Nesse agir, as decisões e conhecimentos das associações, cooperativas e movimentos sociais a respeito da dimensão sócio-econômicos-ambientais, ecosustentável, é resgatado (HEINZMANN; SAMPAIO, 2010; SAMPAIO; DALLABRIDA, 2009).

Contudo, a efetivação dessas três modalidades de agir pressupõe a transformação da racionalidade economicista dos povos locais, a partir de uma visão crítica de mundo, de homem, e de sociedade. Nesse sentido, Samapio et al. (2014) recorre ao pensamento de José María Arizmendiarieta (1915-1976), Sacerdote do País Basco – Espanha, que inspirou o exitoso movimento cooperativo de Mondragón com uma concepção de cooperativismo em que a rentabilidade econômica é instrumento imprescindível para viabilizar os benefícios sociais, ou seja, a sustentabilidade econômica era a vida mais eficaz para a sustentabilidade social. Contudo, apesar de criticar a ideologia liberal e a deturpação dos valores humanos por ela causada, como o individualismo reinante, e o afã pelo lucro e pela supremacia do mercado, a crítica de Arizmendiarieta não abrange aspectos da relação do ser humano com o seu meio (SAMPAIO *et al.*, 2014).

Por tanto, é necessário aprofundar a visão de Arizmendiarieta para  
**Revista Ciência e Sustentabilidade, Juazeiro do Norte - CE, v. 7, n. 1, p. 14-37, jan./jun. 2023.**  
ISSN 2447-4606



resgatar os elementos pertinentes e úteis para a reconstituição do discurso cooperativista crítico e levantar e reorganizar ideias-chave a partir do enfoque atual da crise socioambiental, de modo a buscar pontos de apoio para ampliar a visão de ecossocioeconomia (SAMPAIO *et al.*, 2014). Assim, com base no pensamento de Arizmendiarieta, Sampaio et al, (2014) elenca sete pontos de apoio para uma visão ecossocioeconômica:

1. Ter responsabilidade ecológica - deve-se iniciar “advertindo do risco de se ficar obcecado com o desenvolvimento desmedido e destruidor do meio ambiente” (SAMPAIO *et al.*, 2014, p. 289). Para isso, é preciso ampliar o *envolvimento* socioeconômico que não comprometa a teia da vida;
2. Relativismo do desenvolvimento econômico – considerando a visão Arizmendiarieta “[...] o último fundamento e fim de todo fazer humano é a dignidade da pessoa” (SAMPAIO *et al.*, 2014, p. 290). Contudo sua concepção relativiza o fato de que a relação humana com o a natureza, dentro dos moldes produtivistas, gera degradação do ambiente e, por consequência, degradação da própria vida humana. É fundamental considerar que a dignidade e o conforto da espécie humana não está imbricado apenas com os resultados positivos do crescimento econômico. Deve-se pensar nas diferentes concepções de bem-viver, para além do bem-estar individualista da espécie humana perante os demais seres vivos;
3. Austeridade como meio de liberdade - a austeridade assume, além da dimensão econômica, a dimensão ética, pedagógica e política. “[...] Sejamos capazes de nos conformar com menos viagens, roupas e



ostentação que a maioria que nos rodeia, sem nos sentirmos por isso menos pessoa, autoconscientes, mas orgulhosos de testemunhar aquilo que a maioria não está disposta” (AZURMENDI, 1992, *apud*, SAMPAIO *et al.*, 2014, p. 290). O Isolamento Social adotado como medida de contenção da propagação da Covid-19 evidenciou que é possível repensar e diminuir o consumo de objetos supérfluos; além disso, ampliou a discussão sobre a necessidade de uma educação financeira, que auxilie o indivíduo na criação de uma poupança para atravessar os momentos de crise; ampliou o debate sobre a criação de uma renda básica cidadã, e uma política de valorização salarial, como forma de reduzir as desigualdades sociais; como também, suscitou uma reflexão sobre uso do tempo para o lazer, tendo em vista que grande parte da população é submetida a uma carga horária excessiva de trabalho;

4. Crítica ao consumismo - o consumismo é estimulado a ponto de o indivíduo nunca está satisfeito com aquilo que possui, pois “[...]sentir-se satisfeito é um luxo intolerável” (AZURMENDI, 1992, *apud*, SAMPAIO *et al.*, 2014, p. 290). A todo momento compra-se objetos cuja produção demanda a exploração da natureza, provocando e ampliando a degradação ambiental, contribuindo para a concentração de riquezas nas mãos de uns, em detrimentos da garantia de bens básicos a outros;
5. Solidariedade entregadora - estende-se “[...] a todos os campos da vida coletiva, também implica solidariedade com o futuro. Cada geração tem a responsabilidade de conservar para a geração seguinte bens comunitários compartilhados” (AZURMENDI, 1992, *apud*, SAMPAIO *et*



*al.*, 2014, p. 291). Neste ponto, deve-se valorizar os interesses coletivos em detrimento dos interesses individuais, mas é necessário ampliar a visão para uma solidariedade ecológica, que contemple outras formas de vida;

6. O compromisso com a comunidade - preconiza o fortalecimento das comunidades “[...] com oportunidades amplas e indiscriminadas de trabalho, educação, saúde e de lazer, nas quais haveria lugar para a miséria de ninguém” (SAMPAIO *et al.*, 2014, p. 291). Esse entendimento só será possível mediante sentimento de pertencimento e solidariedade, quando os membros da comunidade estiverem no mesmo estágio de satisfação, interação e reciprocidade material, imaterial e ambiental;
7. Enraizamento territorial - perpassa por uma ideia de desenvolvimento que “[...] funda-se na autonomia da pessoa e comunidade e realça o valor local” (SAMPAIO *et al.*, 2014, p. 291). Com isso, é necessário realizar um levantamento das características e habilidades dos membros da comunidade, cruzando com as características abióticas do ambiente, planejando e executando atividades e trabalhos que estimulem o envolvimento da sociedade com a natureza. É através do enraizamento territorial que o lugar é construído, e é onde a suas características culturais, físicas e sociais possibilitam a construção do arranjo produtivo local que está relacionado com vocação integral entre o homem-ambiente.

Pensar a ecossocioeconomia por meio da organização de cada espaço e território não permite o surgimento de ideias totalitárias ou metodologias



homogêneas para todo o globo. Todavia, as realidades, metodologias e experiências existentes podem ser fontes de inspiração para a elaboração de planejamentos para a construção de uma outra realidade.

Existem vários planos e projetos que têm como meta superar o atual modelo socioeconômico, com a finalidade de engendrar uma realidade socialmente justa e ambientalmente adequada. O plano camponês do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é uma dessas alternativas formuladas pelos movimentos sociais que permite pensar e fazer a construção de novos territórios, conectados com/para os brasileiros.

Dessa forma, o plano compreende a história do campesinato e dos povos originários e tradicionais como a base para a construção de relações que promovam o envolvimento e avanço de uma interação com a natureza que possibilite requalificar as relações nos espaços brasileiros. Isto se materializará no uso da terra e território por meio de uma verdadeira Reforma Agrária, que leve em consideração os projetos culturais, demográficos, educacionais e de comunicação, possibilitando a autonomia dos povos.

A soberania dar-se-á a partir do uso e integração dos povos com a biodiversidade, os corpos hídricos, com os minérios, a energia e as plantas por meio do acesso democrático, o que possibilitará a construção da soberania alimentar e energética para o território. Isso só será possível através do controle participativo das empresas estatais pela população, de modo a atender aos interesses de todo o povo brasileiro.

O plano camponês trata da nova base produtiva através da agroecologia, do cooperativismo, das agroindústrias familiares e a inserção de nova ciência e tecnologia sociais para a estruturação dos arranjos produtivos que aprofundem as relações mais humanas, menos individualista e mais próximas com a teia da



vida.

### **Algumas Considerações**

Muito tem se discutido sobre as lições que a pandemia do novo Coronavírus deixará para a humanidade. Nota-se que a maioria das previsões sobre o pós-pandemia estão centradas no comportamento individual das pessoas, se continuarão a praticar os cuidados com a higiene e a proteção, se adotarão novos hábitos de consumo, comprando apenas o necessário, se dependerão ainda mais das tecnologias digitais para realizar atividades cotidianas, entre outras. Contudo, se estamos atravessando uma crise sanitária com forte repercussão negativa na economia, na política, no tecido social, e no meio ambiente, é urgente pensar em mudanças mais profundas, que envolvam toda a organização das sociedades, de modo a construir estruturas sociais mais sólidas para atravessar momentos de crise como o que estamos atravessando, e que poderão ser cada vez mais frequentes, dada a voracidade com que avança o projeto capitalista.

Realizar mudanças profundas na sociedade pressupõe pensar, dialogar, refletir, planejar outros modelos de desenvolvimento, que considere as potencialidades e limites dos territórios, a biodiversidade, inclusive a diversidade humana, o respeito à cultura dos povos, incluindo aí a sua relação com natureza, e a participação democrática dos sujeitos. Uma economia que não seja hegemônica, mas que arranje em cada território uma forma de existir e de



satisfazer as necessidades humanas sem esgotar os recursos que a sustenta.

Parece que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ainda são insuficientes para arregimentar as condições de transição para uma outra economia, nos moldes que estamos buscando descrever. Os ODS, mesmo representando um avanço ao apontar saídas para o enfrentamento da atual crise, que não é só econômica, social, ambiental ou política, mas é, sobretudo, uma crise de racionalidade, de pensar e conceber o mundo e o homem, não serão suficientes para fazer a transição, pois não possuem compromisso com a superação da lógica capitalista que cria os problemas para os quais se propõem a mitigar.

É neste mote que concentra-se nossa crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável, conformado no sentido do (des)envolver, individualizar, para manter a lógica competitiva da economia de mercado, e propõe-se o “envolvimento sustentável”, formado no sentido de envolver, coletivizar, para construir um novo modelo de economia, pautado em princípios como a responsabilidade ecológica, a crítica ao consumo exacerbado, o compromisso com a comunidade, a solidariedade, e a relação com o território, tal como preconiza a ecossocioeconomia.

Por mais que pareça utópica, diversas experiências de arranjos produtivos locais, no Brasil e no mundo, mostram que é possível sonhar com uma outra economia que garanta às comunidades não apenas a segurança alimentar, mas também a soberania alimentar, pois não basta ter o direito ao alimento, é preciso saber sua origem, suas propriedades nutricionais, e oferecer as condições para que a comunidade possa resguardar as sementes e ter controle



sobre a produção.

Assim, pode-se afirmar que a pandemia nos ajudou a pensar o (des)envolvimento sustentável, pois nesse contexto estão postas as evidências de que o modelo econômico capitalista não só não é capaz de resolver os problemas socioambientais, como ele próprio é responsável por criá-los, tornando-se urgente refletir sobre uma outra economia, concebida como um processo criativo, inclusivo, solidário e sustentável.

### **Agradecimentos**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001. À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Sergipe - FAPITEC/SE.

### **Referências**

BOFF, Leonardo. Saber Cuidar: ética do humano - compaixão pela Terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOFF, Leonardo. O Cuidado Necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

CASTRO, Josué. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

GARCIA, Máximo Luffiego. VERGARA, Jose María Rabadán. La evolución del concepto de sostenibilidad y su introducción en la enseñanza. Enseñanza de las Ciências, España, v. 18, n. 3, p. 473-486, 2000. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/Ensenanza/article/view/21701/21535>. Acesso



em: 20 mai. 2020.

HEINZMANN, Lígia Maria. SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Ecosocioeconomia: Um primeiro olhar na produção científica brasileira sobre o tema. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, Cascavel, v. 9, n. 17, p. 97-113, 2010. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/4133/4088>. Acesso em: 08 de mai. 2020.

HOYOS, Claudia Janet Cataño. D'AGOSTINI, Adriana. Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências. *Revista Nera – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária*. Presidente Prudente, Ano 20, n. 34, p. 174-198, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4855/3687>. Acesso em: 09 de mai. 2020.

LEFF, Henrique. Epistemologia Ambiental. Tradução Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

NOBRE, Marcos. AMAZONAS, Maurício de Carvalho. (Org.) Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília: Ed. Ibama, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Secretariado Geral das Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 11 de mai. de 2020.

PANDEMIA é maior desafio desde a 2ª Guerra Mundial, alerta ONU. Agência Brasil, Brasília, 01 de abril de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-04/pandemia-e-maior-desafio-desde-2a-guerra-mundial-alerta-onu>. Acesso em: 10 de mai. 2020.

RIBEIRO, Leandro Nieves. Os territórios, a via campesina no brasil e o conceito de movimento socioterritorial. *Boletim DATALUTA*. n. 86, Presidente Prudente, fev. 2015. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/2artigodomes\\_1\\_2015.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/2artigodomes_1_2015.pdf). Acesso em: 11 mai. 2020.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações. Blumenau: EDIFURB. 2010.

SAMPAIO, Carlos Alberto Coice et al. Da socioeconomia para a **Revista Ciência e Sustentabilidade, Juazeiro do Norte - CE, v. 7, n. 1, p. 14-37, jan./jun. 2023.**  
ISSN 2447-4606



ecossocioeconomia: a experiência paradigmática do cooperativismo de Mondragón. In: SOUZA-LIMA, José Edmilson de. MACIEL-LIMA, Sandra Mara. (Socio)ecologismo dos povos do Sul: Clamores por justiça. Curitiba: Editora UFPR, 2014.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. DALLABRIDA, Ivan Sidney. Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações. *Rev. FAE*, Curitiba, v.12, n.2, p.17-33, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/296>. Acesso em: 11 de mai. 2020.

SANTOS, E. L. et. al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *Desenvolvimento Regional em debate*, ano 2, 2012, p. 44-61.

SCOTTO, G.; CARVALHO, I. C.M.; GUIMARÃES, L. B. Desenvolvimento sustentável. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. Os movimentos sociais, a via campesina e o pós-colonial. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia, out. 2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1377\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1377_1.pdf). Acesso em: 10 de mai. 2020.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.